

A Guerra do Brasil com o Paraguai: A presença de grupos indígenas no conflito (1860-1870)

Rosely Batista Miranda de Almeida – PPG-UFMT

Este texto é parte integrante da pesquisa que se encontra ainda em fase de elaboração para Dissertação de Mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Traz então, algumas considerações sobre o envolvimento de alguns grupos indígenas na guerra do Brasil com o Paraguai. Nosso objetivo central é a investigação de grupos indígenas, de diferentes etnias que foram envolvidos na Guerra com o Paraguaiⁱ buscando descobrir como se deu tal envolvimento.

Alguns questionamentos significam pistas objetivas, como sob quais interesses e motivações diversos grupos indígenas foram envolvidos na Guerra com o Paraguai? Qual era o significado de guerra para o indígena no século XIX? Quais nações indígenas participaram e a favor de quais forças lutaram? Em que condições concretas se deu o envolvimento indígena ao participarem na Guerra? De que forma foram convocados para os campos de batalha? É de fundamental importância não nos esquecermos que estamos tratando, no dizer de Denise Maldini “(...) *de alteridades, sociedades outras*” (1989, p. 12).

Intencionando responder a estas e outras questões o objetivo mais amplo da dissertação é então desenvolver um estudo que possa oferecer mais luzes sobre a presença indígena na Guerra com o Paraguai. Mediante essas perspectivas, constatamos que poderá ser de grande relevância social para ampliação e aprofundamento do conhecimento histórico sobre a Guerra com o Paraguai, especificamente no que explicita sobre a presença indígena num conflito tão marcante que “(...) *a cada dia mais parece que foi ontem* (...)”ⁱⁱ.

A historiografia brasileira possui, então, essa lacuna. Muito se produziu e continuamente se tem produzido sobre a Guerra, mas ainda há poucos estudiosos com estudos direcionados à temática indígena neste contexto. Nossa proposta de narrativa histórica é a da representação

do índio na sua relação com outros seres humanos de sujeito/sujeito e não sujeito/objeto. Assim, oportunamente, elencamos o que Roger Chartier apresenta como principal objeto da História Cultural “(...) *identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*” (CHARTIER, 1990, p.17).

Percebemos que para muitos povos indígenas a guerra se confundia com sua própria cultura, portanto presente como elemento da vida social. É o que pensa John Keegan em “Uma História da Guerra”, onde defende que “(...) *a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura e, em algumas sociedades, é a própria cultura*” (1995, p. 28). A arte de guerrear era exercida assim contra aldeias inimigas, com táticas e ritos diferenciados, ou contra os colonizadores europeus.

Pensem com Carlo Ginzburg de que: “*a história pode nos despertar para a percepção de culturas diferentes para a idéia de que as pessoas podem ser diferentes e, (...) contribuir para a ampliação das fronteiras de nossa imaginação*”ⁱⁱⁱ.

Nos estudos de Denise Maldini, encontramos argumentos de que no século XVIII a luta por posse de territórios entre portugueses e espanhóis e a utilização das sociedades indígenas erradicadas na região de fronteira do rio Guaporé “(...) *guardiões dos domínios de dois reinos tradicionalmente rivais*” (1989, p. 10).

Tanto a América espanhola quanto a portuguesa apoiaram as ordens religiosas para a mobilização militar dos índios. Diversos grupos indígenas foram organizados e treinados para compor os “corpos de milícias”, sendo os chefes indígenas comandantes, denominados de principais.

Os Guaicuru, denominados pelos paraguaios de Mbayá, foram por esses considerados aliados dos brasileiros ao compor as forças que invadiram o território paraguaio, após da travessia do rio Apa^{iv}.

Aos portugueses interessava as boas relações com os Mbayá para maior tranquilidade às expedições que navegavam nos rios da parte Sul da antiga província de Mato Grosso.

Conquistando mais e mais a confiança desse grupo, os portugueses poderiam evitar as constantes pilhagens nos domínios portugueses de Miranda, Coimbra e Albuquerque, além de impedir a expansão da colonização espanhola na região do Alto Paraguai (BOGGIANI, 1894, p. 266).

De Boggiani temos também a narrativa de que viajantes como Rohde, Balson e Cominges consideravam como “Caduveo”, ou seja, Mbayá também os Kinikinao (Albuquerque e Miranda) e os Terena (Distrito de Miranda). Sobre a origem dos Terena, diz que *“teriam habitado o Chaco boliviano, de onde, segundo Rohde, (Orig. Mitth. etc., ano I, p. 12), teriam passado para o território atualmente ocupado perto de Miranda (...)”*. Documentos portugueses de 1846, 1848 e os dados deixados pelo viajante francês Castenau chegam a mencionar de 2000 a 3000 habitantes no conjunto de aldeias visitadas. Até esse tempo os Terena, pelo pouco contato com o colonizador, ainda preservavam a cultura dos antepassados e suas superstições como pedir auxílio às estrelas por lá enxergarem seus avós (BOGGIANI, 1894, p. 264, 268).

Para Vasconcelos, os indígenas tiveram função histórica na formação do Estado Nacional brasileiro ao participarem da defesa do sul da então Província de Mato Grosso quando em dezembro de 1864, foi ocupada pelos paraguaios entre os rio Apa e Blanco (1999, p. 86).

Os grupos indígenas que atuaram na Guerra com o Paraguai, do lado brasileiro, são oriundos da região do Chaco, sendo o rio Paraguai um marco de limite natural para as populações indígenas daquele espaço geográfico. Um dos povos que dominavam as suas margens, eram os horticultores guarani. Ocorriam constantes conflitos destes povos com outros habitantes do Chaco, mesmo antes da chegada dos espanhóis, no século XVI. Vários historiadores já abordaram os conflitos dos Guarani com os povos da nação Guaicuru, destacando-se os Paiaguá e o Mbayá. A respeito do assunto, nos diz Carvalho: *“(...) esta inimizade entre as tribos Guaycuru e Guarani aparece, desde o início da colonização, como um fator complicador das relações que se estabelecem com os conquistadores”* (CARVALHO,

APUD CUNHA, 2002, p. 464), sendo que os próprios Guarani reivindicavam dos espanhóis a participação em expedições punitivas aos Guaicuru.

Incluindo-se na teia pensante de Ricardo Sales, o autor de “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército”, no sentido de não reduzir o recrutamento de homens para a Guerra somente pelo caráter forçado ou apenas pelo voluntariado, termo este, aliás, um pouco contestado; Vasconcelos entende que os Kadiwéu e os Guaná atuaram ao lado do Brasil “(...) *pela necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios*”.

Na tomada do acampamento de Laguna, já em terras Paraguaias, os aliados dos brasileiros, os índios Terena e Guaicuru, “(...) *depois de se haverem comportado nesta refrega como bravos auxiliares carregavam agora aos ombros os despojos dos cavalos tomados aos paraguaios*” (TAUNAY, 2003, p. 88). Este relato de Taunay referencia os indígenas dessas duas etnias como verdadeiros soldados do Império contra as forças da República paraguaia. Há que se refletir do porquê do ânimo dos “bravos auxiliares” indígenas, quando em outras narrativas já constatamos que nem sempre esses se mostravam tão dedicados a um conflito que não lhes interessava em todos os aspectos. No tocante aos cavalos, há que se dizer que antes de os conhecerem os Guaicuru tinham o hábito da navegação, igualmente aos Payaguá.

As etnias indígenas que foram envolvidas na defesa do território mato-grossense, submeteram-se às ordens militares do Império. Suas forças tornaram-se necessárias, sendo então recrutados para atuar nos combates. Momento este em que as relações entre índios e não índios foram “(...) *mediadas pelas forças administrativas e militares que controlavam as ações dos índios e interferiam em seus costumes*” (SILVA, 2002, p. 167).

Seguindo como aponta Ginzburg (1991), a respeito dos sinais encontrados nas fontes documentais, supomos que outras etnias ainda não mencionadas tenham também participado das forças em combate contra o Paraguai. São descobertas que surgem após leituras e investigações próprias ao trabalho do historiador na interpretação das pistas permitidas pela

documentação, e com nova proposta de narrativa histórica. Estamos nos referindo ao ofício do Capitão Comandante do Forte de Coimbra, de 18 de março de 1862, enviado a João Batista de Oliveira, Diretor Geral dos Índios. Este comunicou ao Presidente da Província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, sobre o teor do ofício. Três índios da etnia Chamacoco, dando a entender terem vindo enviado pelo Chefe, pediram transporte para o Comandante para deslocarem todo o aldeamento do Distrito de Albuquerque para o Forte de Coimbra, próximo a Bahia Negra (Sul de Coimbra). Reclamavam da hostilidade sofrida pelos índios de outras nações, como os Guaicuru Beaquéo, que viviam nas imediações de Miranda. O Diretor João solicitou da Presidência a autorização para ir à aldeia dos Chamacoco oferecer-lhes brindes e deslocá-los para o determinado Forte. Justificava dizendo que estes índios seriam úteis aos Distritos do Baixo Paraguai como braços para a lavoura^{vi}.

Nossa suposição é de que, estando esses índios aldeados no Forte de Coimbra apenas três anos antes do conflito com o Paraguai, possivelmente, teriam participado como aliados do Brasil. Apesar de ainda não termos um suporte documental esclarecedor, pensamos com Ginzburg ser “(...) *necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis*” (1991, p. 144), ou seja, pistas que podem indicar novos conhecimentos. A mesma suposição temos em relação à etnia dos chamados Bororos da Campanha, a partir do relatório do estado da Catequese de 1872, através da Diretoria Geral dos Índios. Essa etnia indígena estava dividida em duas hordas: uma nas imediações de Salinas, entre os bolivianos; e outra, próximo ao Escalvado, à distância de uma légua do rio Paraguai. Cultivavam a terra, e o excedente dos produtos permutavam ou vendiam. Esses índios favoreciam as forças do Império brasileiro, pois, “(...) *mais de uma vez [apreenderam] e [trouxeram] aos nossos destacamentos de sertões, digo, desertores e escravos que fugiam para a Bolívia*”^{vii}.

Os índios eram apresentados como conhecedores do território que servia de passagem e moradia também aos não-índios que chegavam nessas paragens com objetivos de conquista. Em caso dos militares necessitarem dos serviços prestados pelos indígenas, estes eram

requisitados das aldeias através de solicitações aos Diretores destas. Os documentos relatam situações como a do Tenente Antonio Joaquim Ferreira Ramos, Diretor do Trem Naval, que em ofício ao Diretor Geral dos Índios, João Batista de Oliveira, reivindicou o fornecimento de até 20 índios para condução de vasos de transporte à margem do Rio São Lourenço, onde seria fundado um novo Destacamento. Desta feita, o pedido não pode ser atendido. Não havia índios disponíveis em serviços de canoas para a realização desse trabalho^{viii}. Os documentos apontam descontentamentos expressados por Diretores de Aldeias em situações onde os trabalhos agrícolas ficavam interrompidos para que os índios se tornassem trabalhadores camaradas fora das aldeias^{ix}.

Os índios também foram auxiliares na função de informantes para as autoridades brasileiras sobre as atividades e acontecimentos relativos aos vizinhos paraguaios e bolivianos, na disputa pela demarcação de fronteiras. Também aparecem embrenhados no corpo do Exército brasileiro. O Exército adentrava em suas vidas, nos aldeamentos, distribuindo patentes através da Diretoria Geral dos Índios.

Outras formas de utilização do trabalho indígena são relatadas em atividades de remo, especialmente para transporte de pessoas ou cargas em atividades comerciais.

O objetivo maior era da defesa do território do Império brasileiro. A construção de vários fortes também ocorreu com o mesmo intento. Relembramos sobre o Forte da região de Fecho de Morros, o de Salinas, o de Dourados e Miranda; todos construídos às margens do rio Paraguai.

A entrega de patentes como reconhecimento do Império aos serviços militares prestados pelos indígenas já era prática conhecida bem antes do período da guerra dos países platinos com o Paraguai. Em 30 de abril de 1859, o Diretor Geral dos Índios, João Batista de Oliveira, solicitou do Presidente da Província, o General Joaquim Raimundo de Lamare a promoção de três índios da nação Guaná: o Tenente Bernardo da Costa, de Tenente ao posto de Capitão; o Alferes Joaquim de Sousa, ao posto de Tenente; e o Sargento Joaquim Manoel, ao posto de

Alferes. O pedido de promoção foi considerado justo pelas antiguidades dos militares índios nos postos em que serviam e pelos serviços prestados ao povo Guaná^x.

Os índios Guaná, assim como os de outras etnias, na função de informantes das notícias sobre a Guerra, exerceram papel de extrema importância numa época de durezas econômicas, portanto, de poucos recursos para transportes e comunicação intensa e rápida.

Taunay relata sobre a fuga dos Terena e Laiana após serem expulsos de suas palhoças no período da guerra, e com olhar mais complacente tece narrativa sobre a amizade e companheirismo desses índios como mostras de respeito às forças brasileiras em operações. Da obra Campanha de Mato Grosso – Cenas de Viagem, foram extraídos alguns exemplos de passagens que ilustram, na perspectiva de Taunay, a participação dos indígenas no conflito.

“Estabelecidos na aldeia do Naxe-daxe ou de Santa Cruz, a seis léguas da Vila de Miranda, tinham os índios Terena procurado refúgio por ocasião da invasão dos paraguaios, dedicando-se logo ao plantio...”. “Depois de combinarmos (...) 28.02.1865, com Vieira [Capitão José Vieira], (...) ele devia achar-se com 26 índios junto ao Aquidauana (...), voltando à casa de Valério. As plantações dos laianos consistiam em arroz, milho, feijão, porém as chuvas falhadas (...) impediam prometerem alguma coisa para as forças”. (TAUNAY, 1923, pp. 83, 84, 98)

A Guerra com o Paraguai foi um período significativo na vida do Povo Terena. Estes participaram no enfrentamento ao Exército paraguaio e de todos os padecimentos circunstanciais ocorridos no evento histórico da Retirada da Laguna, em 1867. *“(...) Tendo prestado ao Brasil bons serviços na Guerra contra o Paraguai, alguns caciques receberam a patente de Alferes, que mostraram a Rohdes com orgulho pedindo-lhe para lê-la em voz alta”* (Boggiani, 1894, p.268). Também forneciam alimentos para os combatentes da mesma forma como o fizeram os Laiana, pertencentes à mesma nação Guaná, na qual estavam incluídos os Terena.

Para serviços tais como coveiros, especialmente, nos primeiros anos de Guerra (TAUNAY, 2003, p. 105).

É certo, segundo aponta a documentação pesquisada, de que os índios Guató tenham participado da campanha de guerra, como aliados dos Paraguaiois. Essa etnia indígena era considerada pela Diretoria Geral dos Índios de Mato Grosso como nômades. Habitavam as margens dos rios São Lourenço e Paraguai, nas lagoas Gahíba e Uberaba, 1º distrito. Suas famílias viviam isoladas ou se reuniam em pequenos grupos. Segundo alguns Diretores Gerais às vezes, apareciam na capital da Província interessados nos brindes a eles oferecidos pela diretoria geral, com o intuito de atraí-los como era comum se falar na época, “*ao seio da civilização*”.

Nossa análise nessa questão remete à idéia de que como qualquer outro povo que se tornava cativo, como os negros no Brasil; os índios também resistiram ao que lhes foram imposto. Violência física, mortes e exposição a humilhações fizeram com que inúmeros índios de Albuquerque e outras partes da fronteira oeste mato-grossense fugissem para lugares mais seguros” (LEOTTI, 2001, p. 40). Os indígenas foram povos subjugados. Disso não se pode esquecer. O próprio recrutamento forçado foi elemento de humilhação, quando muitos índios foram levados presos para servir às forças imperiais. Visto que a guerra com o Paraguai foi um evento estranho aos interesses indígenas.

Não se pode silenciar sobre a série de violência que viviam na fronteira com o Paraguai, nem que foram induzidos a estarem numa Guerra que imprimiu profundas marcas nas memórias de sua gente, em suas culturas.

ⁱ In: BARROS, Rui Coelho de. Guerra com o Paraguai: aspectos polêmicos (Março/2005), também utiliza o termo Guerra com o Paraguai por entender, o que concordamos, ser “mais consentâneo com a realidade acontecida e estudada”, diz ele “não traz embutido (...) tendência política ou ideológica” (p. 12).

ⁱⁱ CHIAVENATTO, Júlio. Op. cit.: 10.

ⁱⁱⁱ Fragmento citado na entrevista concedida por Carlo Ginzburg à professora de história da educação da USP, Maria Lúcia G. Pallaris-Burke. s/d.

^{iv} Relato incluso no “El Semanário” de 13 de Julho de 1867, n. 690, año XV., no artigo “La invasion del norte”. APUD, TAUNAY, 2003, pp. 167-174.

^v Para Ricardo Sales, qualquer uma das posturas acima mencionadas “(...) significaria reduzir e simplificar extremamente as relações sociais na sociedade escravista do império”. (SALES, 1990, p. 61). APUD, VASCONCELOS, 1999, p. 87.

^{vi} Livro 191, 1860-1873. APMT

^{vii} Cf. Livro 191 (1860-1873), Relatório do estado da Catequese na Província de Mato Grosso, em 13 de março de 1872. APMT.

^{viii} Livro 101, p. 89. APMT.

^{ix} Livro 101, pp. 85-86. APMT.

^x Livro 101, p. 100, APMT.